



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2020.

Edição n. 2802

Nesta Edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	2
Súmulas de Contratos.....	2
Avisos de Licitações.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	3
---------------	---

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS****BOLETIM N. 069/2020**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JR., NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- a contar de 14 de fevereiro de 2020, o servidor LUCAS MAIA DE PAULA, Adido - Polícia Civil, ID n. 4258681, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Segurança Institucional III, FG-05, deste Órgão (Port. 0632/2020).

- a contar de 18 de fevereiro de 2020, o servidor DANIEL DIAS DOS ANJOS, Adido - Brigada Militar, ID n. 3161030, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Segurança Institucional III, FG-05, deste Órgão (Port. 0635/2020).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria n. 0517/2020, que nomeou JÉSSICA ELIS BONFANTI, para exercer o cargo de Agente Administrativo, classe "M", em virtude de negativa de interesse (Port. 0651/2020).

NOMEAR

- HENRIQUE PAVONI POSSAMAI, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça I, CC-06, deste Órgão (Port. 0631/2020).

- CAROLINA COSTA DA CUNHA, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça I, CC-06, deste Órgão (Port. 0647/2020).

- CAMILA VARGAS DE SOUZA, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, deste Órgão (Port. 0649/2020).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, ÉVERTON GARCIA, para exercer o cargo de Agente Administrativo, classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o sétimo (7º) lugar na Lista de Classificação da Região do Vale do Taquari (Port. 0652/2020).

DECLARAR ESTÁVEL, ouvida a Comissão de que trata o Artigo 41 da Constituição Federal, na forma do Provimento 73/2018-PGJ:

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00062/2016-8, a contar de 03 de novembro de 2019, o servidor MAURICIO SANTARIANO GRECO, ID n. 4352688, no cargo de Agente Administrativo, deste Órgão (Port. 0654/2020).

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00070/2016-1, a contar de 05 de dezembro de 2019, o servidor LEONARDO HENRIQUE QUINEBRE ALVES, ID n. 4370970, no cargo de Agente Administrativo, deste Órgão (Port. 0655/2020).

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00068/2016-5, a contar de 16 de novembro de 2019, a servidora FRANCELIN ANGER DA VEIGA, ID n. 4365950, no cargo de Agente Administrativo, deste Órgão (Port. 0656/2020).

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00061/2016-0, a contar de 19 de outubro de 2019,

a servidora MICHELLE NUNES CORREA PEDERNEIRAS, ID n. 3209547, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste Órgão (Port. 0657/2020).

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00063/2016-6, a contar de 21 de novembro de 2019, o servidor ALEXANDRE MARINI KRUSSE DA SILVA, ID n. 3452220, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste Órgão (Port. 0658/2020).

EXONERAR

- a contar de 26 de fevereiro de 2020, a servidora ANA PAULA CORDEIRO KRUG, ID n. 4282647, do Cargo em Comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, deste Órgão (Port. 0670/2020).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 27/02/2020, no cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, RAFAELA NUNES DAUDT, tendo entrado em exercício em 27/02/2020.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2020.

BENHUR BIANCON JR.,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
PROCEDIMENTO N. 00005.000.006/2020**

CONTRATADA: EMPRESA JORNALÍSTICA CALDAS JUNIOR LTDA.; **OBJETO:** renovação de três assinaturas anuais do Jornal Correio do Povo, pelo período de 12 (doze) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 2.309,49; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Benhur Biancon Jr.;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SÚMULA DO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 020/2020
PROCEDIMENTO N. 02405.000.017/2020
PREGÃO ELETRÔNICO N. 002/2020**

CONTRATADA: DECISION SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.; **OBJETO:** prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para Library de Backup IBM TS 3500 contendo 12 (doze) drives LTO4, com números de séries em consonância com as especificações constantes do Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA; **VALOR MENSAL:** R\$ 4.500,00; **VIGÊNCIA:** 12 meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.40, Rubrica 4012; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais n. 8.666/93 e 10.520/02, Leis Estaduais n. 11.389/99, 13.191/09 e 13.706/11, Lei Complementar n. 123/06, Decreto Estadual n.



Diário eletrônico Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2802

42.434/03 e Provimentos PGJ/RS n. 33/08, 47/05 e 54/02.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL PROCEDIMENTO N. 02405.000.017/2020

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal administrativo do contrato constante do processo em epígrafe, a servidora Isabel Luchesi, e como substituto o servidor Roni Martins Botelho ou Luis Eduardo Nascimento Moraes, e a fiscalização técnica será exercida, por meio do servidor Felipe Schaan de Quadros e, como substituto, o servidor Leonardo Vieira Cervo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 019/2020 PROCEDIMENTO N. 02405.000.015/2020 PREGÃO ELETRÔNICO N. 092/2019

CONTRATADA: UNISERV UNIÃO DE SERVIÇOS LTDA.; **OBJETO:** prestação de serviços continuados de condução de veículos da CONTRATANTE, visando suprir 25 (vinte e cinco) postos de motorista e 01 (um) de supervisor, em consonância com o disposto neste Contrato; **VALOR TOTAL:** R\$ 2.393.836,92; **VIGÊNCIA:** 12 meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.04, Rubrica 0401; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Complementar n. 123/06, Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Leis Estaduais 11.389/99, 13.191/09 e 13.706/11, Decreto n. 52.215/2014, Provimentos PGJ/RS n. 54/02, 40/04, 47/05 e 33/08.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL PROCEDIMENTO N. 02405.000.015/2020

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor José Adriano Ribeiro D'Ávila, e como substituto, o servidor Mario Airton Garcia Menna.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 016/2020 PROCEDIMENTO N. 02405.000.011/2020 PREGÃO ELETRÔNICO N. 076/2019

CONTRATADA: TELEFÔNICA BRASIL S/A; **OBJETO:** prestação de Serviços Móveis Pessoais (SMP), a serem prestados, sob demanda, abrangendo planos de comunicação por voz e apenas dados, com o fornecimento de dispositivos móveis em regime de comodato (smartphones e pen-modens); **VIGÊNCIA:** 24 (vinte e quatro) meses; **VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO:** R\$ R\$ 1.965.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** UO 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.40, Rubrica 4014; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.s 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.s 33/08 e 47/05, Lei Complementar n. 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n.s 8.666/93 e 10.520 /02 e Provimento PGJ/RS n. 54 /02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL PROCEDIMENTO N. 02405.000.011/2020

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, a servidora Isabel Lucchesi, e como seu substituto, Roni Martins Botelho, ou Luis Eduardo Nascimento Moraes.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO 4º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS UAJ N. 09/2016 PROCESSO N. 0325-09.00/16-0

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC; **OBJETO:** prorrogação da vigência contratual, por 12 (doze) meses, a contar de 03 de março de 2020, e consignar a manutenção do valor mensal de R\$ 876,71 (oitocentos e setenta e seis reais e setenta e um centavos); **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93, bem como na cláusula décima do ajuste;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2020.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 13/2020 (PGEA n. 1407.000.001/2020)
Tipo: Menor preço. **Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços de lavanderia de uniformes profissionais



Diário eletrônico Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2802

(jalecos), conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 12/03/2020, às 10 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 12/03/2020, às 14 horas. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** <https://www.mprs.mp.br/licitacao/> e www.pregaobanrisul.com.br. **Informações gerais:** licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual n. 13.191/09, Lei n. 10.520/02, LC n. 123/06 e Lei n. 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2020.

LEILA DENISE BOTTEGA RUSCHEL,

Pregoeira.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N. 05/2020

O COORDENADOR DO CAO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, EDUCAÇÃO, FAMÍLIA E SUCESSÕES científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00910.000.061/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Tapes. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Daniel Soares Indrusiak. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 10. **OBJETO:** O Prefeito de Sentinela do Sul descumpriu ordem judicial que determinou a instalação de abrigo para acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco; a que determinou a implantação do sistema municipal de trânsito e a decisão que determinou o acolhimento de adolescente em abrigo da comarca de Tapes. **INVESTIGADO(S):** José Flávio Raphaelli Trescastro. **LOCAL DO FATO:** Sentinela do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Cível. N. DO PROCEDIMENTO: 01722.000.273/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Valter Priebe. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro. **OBJETO:** Funcionamento irregular da creche municipal consistente em operar sem alvará expedido pelo Corpo de Bombeiros. **INVESTIGADO(S):** Município de Barra do Ribeiro. **LOCAL DO FATO:** Barra do Ribeiro/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00753.000.048/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Crissiumal. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Ronaldo Adriano de Almeida Arbo. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Crissiumal. **OBJETO:** Acompanhamento de frequência escolar dos alunos do Município de Humaitá, bem como as políticas públicas para a sua fiscalização e implementação. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Humaitá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00771.000.816/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Farroupilha. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Claudia Formolo Hendler. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha. **OBJETO:** composição do CME. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Farroupilha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01768.000.066/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de General Câmara. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Rodrigo Mendonça Pinto dos Santos. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de General Câmara. **OBJETO:** Registro e acompanhamento das inspeções na unidade executora do programa municipal de atendimento para execução das medidas socioeducativas em meio aberto de General Câmara (SMAS). **INVESTIGADO(S):** Prefeitura Municipal de General Câmara. **LOCAL DO FATO:** General Câmara.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01768.000.065/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de General Câmara. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Rodrigo Mendonça Pinto dos Santos. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de General Câmara. **OBJETO:** Registro e acompanhamento das inspeções na unidade executora dos programas municipal de atendimento para execução das medidas socioeducativas em meio aberto de Vale Verde (CRAS). **INVESTIGADO(S):** Prefeitura Municipal de Vale Verde. **LOCAL DO FATO:** General Câmara.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Cível. N. DO PROCEDIMENTO: 01888.000.067/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Eder Fernando Kegler. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul. **OBJETO:** Apuração de eventual irregularidade no transporte escolar, onde haveria alteração de horário e itinerário, para pegar aluna no Passo do Umbú, Fazenda Santa Rosa, alterando o percurso em 20km a mais por dia, 01h40min por dia. **INVESTIGADO(S):** MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL. **LOCAL DO FATO:** São Vicente do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01770.000.064/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Claudia Lucia Bonetti. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas. **OBJETO:** Acompanhamento da FICAI online no Município de Ipiranga do Sul. **INVESTIGADO(S):** Município de Ipiranga do Sul. **LOCAL DO FATO:** Ipiranga do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01772.000.099/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Giruá. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Ecléia Silvani Deuschle. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Giruá. **OBJETO:** Acompanhamento das FICAI's referentes a alunos das escolas do Município de Giruá, com a finalidade de diminuir a evasão escolar por intermédio da atuação coletiva e efetiva da rede de apoio à escola.



INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Comarca de Giruá - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01772.000.100/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotora de Justiça de Giruá. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ecléia Silvani Deuschle. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Giruá. OBJETO: Acompanhamento das FICAI's referentes a alunos das escolas do Município de Senador Salgado Filho, com a finalidade de diminuir a evasão escolar por intermédio da atuação coletiva e efetiva da rede de apoio à escola. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Senador Salgado Filho - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00783.000.164/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotora de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Juliana Venturella Nahas Gavião. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Acompanhar implementação do PEMSE em meio aberto Glorinha- Resolução n. 204/2019 CNMP-inspeção anual. INVESTIGADO(S): Município de Glorinha. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01698.000.098/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotora de Justiça de Jaguarão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Priscilla Ramineli Leite Pereira. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão. OBJETO: Memo.-Circ n. 001/2020-CGMP - PA de Inspeção das unidades executoras dos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto sob sua responsabilidade. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Jaguarão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00801.000.128/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotora de Justiça de Lagoa Vermelha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Luiz Tarouco Pinto. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha. OBJETO: Cumprimento do art. 9º do Termo de Cooperação Estadual da FICAI (Lagoa Vermelha) 2020. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Lagoa Vermelha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00806.000.220/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotora de Justiça de Marau. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Bonamente. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 5. OBJETO: Fiscalização anual da unidade executora dos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto do Município de Camargo. INVESTIGADO(S): CRAS de Camargo. LOCAL DO FATO: Município de Camargo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01702.000.140/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotora de Justiça de Marau. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Bonamente. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 5. OBJETO: Fiscalização anual da unidade

executora dos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto do Município de Vila Maria. INVESTIGADO(S): CRAS de Vila Maria. LOCAL DO FATO: Município de Vila Maria/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01702.000.139/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotora de Justiça de Marau. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Bonamente. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 5. OBJETO: Fiscalização anual da unidade executora dos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto do Município de Nicolau Vergueiro. INVESTIGADO(S): CRAS de Nicolau Vergueiro. LOCAL DO FATO: Município de Nicolau Vergueiro/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01702.000.136/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotora de Justiça de Marau. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Bonamente. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 5. OBJETO: Fiscalização anual da unidade executora dos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto do Município de Gentil. INVESTIGADO(S): CRAS de Gentil. LOCAL DO FATO: Município de Gentil/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01702.000.137/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotora de Justiça de Marau. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Bonamente. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 5. OBJETO: Fiscalização anual da unidade executora dos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto do Município de Marau. INVESTIGADO(S): CREAS de Marau. LOCAL DO FATO: Município de Marau.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01702.000.138/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotora de Justiça de Marau. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Bonamente. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 5. OBJETO: Fiscalização anual da unidade executora dos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto do Município de Nova Alvorada. INVESTIGADO(S): CRAS de Nova Alvorada. LOCAL DO FATO: Município de Nova Alvorada/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00814.000.022/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotora de Justiça Especializada de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Andreia Herminia Alliatti. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo. OBJETO: Implementação e acompanhamento das constatações parciais do GAT durante vistoria nos CRAS e CREAS de Novo Hamburgo. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01810.001.004/2019. PROMOTORA DE



JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adoniran Lemos Almeida Filho. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado. OBJETO: Acompanhar a implementação legislativa do Piso Nacional do Magistério para os professores da rede pública municipal de Pinheiro Machado. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Pinheiro Machado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01704.000.103/2020. PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Rosário do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sabrina Cabrera Batista Botelho. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul. OBJETO: Memo.- Circ. n. 01/2020-CGMP, relacionado à fiscalização dos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, aplicadas a adolescentes em decorrência da prática de ato infracional. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Rosário do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01864.000.651/2019. PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sananduva. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudia Lucia Bonetti. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva. OBJETO: Denúncia referente às eleições para Conselheiro Tutelar em Paim Filho, transporte de eleitores e circulação nos locais de votação, com vídeos e cópia das atas e fotos. INVESTIGADO(S): CARLA MORAIS. LOCAL DO FATO: Paim Filho.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00875.000.118/2020. PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Greice Ávila Schmeing. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha. OBJETO: FICAI - Atuação Coletiva - Município Santo Antônio da Patrulha. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Santo Antônio da Patrulha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00875.000.119/2020. PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Greice Ávila Schmeing. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha. OBJETO: FICAI - atuação coletiva - Município de Caraá. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Caraá/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00893.000.124/2020. PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiana Müller Chatkin. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. OBJETO: Acompanhamento das fcais relativas ao ano de 2020. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Lourenço do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01886.000.069/2020. PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA:

Promotoria de Justiça de São Valentim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araújo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: Monitorar as FICAIS do Município de São Valentim no ano de 2020. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Valentim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01886.000.068/2020. PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araújo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: Monitorar as FICAIS do Município de Erval Grande no ano de 2020. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Valentim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01886.000.067/2020. PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araújo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: Monitorar as FICAIS do Município de Faxinalzinho no ano de 2020. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Valentim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01886.000.066/2020. PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araújo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: Monitorar as FICAIS do Município de Benjamin Constant do Sul no ano de 2020. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Benjamin Constant do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01886.000.065/2020. PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araújo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: Monitorar as FICAIS do Município de Entre Rios do Sul no ano de 2020.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Entre Rios do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01814.000.053/2020. PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Planalto. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Michele Tais Dumke Kufner. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Planalto. OBJETO: Memo.-Circ. n. 001/2020-CGMP orienta inspeção das unidades de execução de medidas socioeducativas. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Planalto e Alpestre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01536.001.520/2019. PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Raquel Isotton. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba. OBJETO: Programas de inserção de adolescentes no mercado de trabalho (CINE -



Diário eletrônico Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2802

Guaíba e Projeto Pescar). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: CINE.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01138.000.013/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rosângela Corrêa da Rosa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria. OBJETO: Verificação e Acompanhamento da observância do corte etário conforme norma nacional - Resolução CNE/CEB 01/2010 do CNE, frente a edição da nova Lei Estadual RS Lei 15.433, publicada no dia 27/12/2019.. INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Agudo, São Gabriel, Estado do RS, todos os Municípios de abrangência da PREDUCSM.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01138.000.004/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rosângela Corrêa da Rosa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria. OBJETO: Averiguação de problemas estruturais na EMEI Casa da Criança, em Santa Maria, RS. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Santa Maria.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01138.000.007/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rosângela Corrêa da Rosa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria. OBJETO: Acompanhamento das questões relativas à permanência do Turno Integral na E.E.E.F. Ana Lobler e E.E.E.F. Dom Érico Ferrari. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Nova Palma.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01138.000.023/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rosângela Corrêa da Rosa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria. OBJETO: Digitalização RD.01138.00178/2019. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Santiago/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01138.000.017/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rosângela Corrêa da Rosa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria. OBJETO: Verificação da regularidade de funcionamento da instituição de educação infantil Centro Educacional Universo, localizada na Rua dos Abacateiros n. 580, Vila Prado, em Santa Maria. INVESTIGADO(S): Centro Educacional Universo, Etienne Magalhães. LOCAL DO FATO: Santa Maria, RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01138.000.034/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rosângela Corrêa da Rosa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria. OBJETO: Verificação da regularidade de funcionamento da instituição de educação infantil nominada "Centro Comunitário" e

anteriormente conhecida como "Raios de Sol", localizada na COHAB Santa Marta, SQ3, Q5, Casa 25". INVESTIGADO(S): Centro Comunitário, Raios de Sol. LOCAL DO FATO: Centro Comunitário.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01139.000.130/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Saldanha de Vargas. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Verificar e acompanhar a observância do Corte Etário (6 anos 31 de março) conforme norma nacional - Resoluções CNE/CEB 01/2010 e CNE/CEB 06/2010, ambas do Conselho Nacional de Educação (CNE) - cuja constitucionalidade foi reconhecida pelo STF no julgamento da ADC 17 e na ADPF 292 (julgadas nas sessões de 27/09/2017, 24 e 30/05/2018), frente a edição da nova Lei Estadual RS Lei n. 15.433, publicada no dia 27/12/2019. INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Santa Cruz do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01176.000.085/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Criminal de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Passos Soares. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de Alvorada. OBJETO: RD.01176.00063/2019 - Representação antecipada pela produção de provas. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Alvorada.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01212.000.141/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Osório. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiane Della Mêa Corrales. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 23. OBJETO: Definição do corte etário para ingresso no 1º ano do ensino fundamental. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Osório.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01132.000.066/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Regional de Santo Ângelo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcio Rogério de Oliveira Bressan. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santo Ângelo. OBJETO: Investigar a existência de Plano de Prevenção Contra Incêndios (PPCI) e de Alvará de Prevenção contra Incêndios (APPCI) nas escolas da rede pública municipal e da rede privada situadas no Município de Doutor Maurício Cardoso. INVESTIGADO(S): MUNICÍPIO DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO. LOCAL DO FATO: Município de Doutor Maurício Cardoso.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2020.

DENISE CASANOVA VILLELA,
Coordenadora do CAO da Infância e da Juventude, Educação, Família e Sucessões.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2802

BOLETIM N. 7/2020

O COORDENADOR DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01728.000.354/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Cacequi. **PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Marina de Bem Casanova. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. **OBJETO:** Apurar o narrado no abaixo-assinado dos moradores da Rua Hermínio Lira e Rua Prudente Domingues, relativo a inundações causadas pela sanga ali situada. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Cível. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01604.001.842/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã. **PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Camile Balzano de Mattos. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã. **OBJETO:** Apurar eventual loteamento irregular na Av. 28 de Dezembro, em Chuvisca. **INVESTIGADO(S):** Município de Chuvisca. **LOCAL DO FATO:** CHUVISCA. -

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Cível. **N. DO PROCEDIMENTO:** 00754.00004/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. **PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Tássia Bergmeyer da Silveira. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta. **OBJETO:** Investigar quanto à má utilização de imóvel urbano do "Antigo Clubinho - Associação 31 de março", localizado na Rua Alfredo Fernandes, Vila Rocha, nesta Cidade. **Investigados:** Estado do Rio Grande do Sul e Município de Cruz Alta. **INVESTIGADOS(S):** Estado do Rio Grande do Sul e Município de Cruz Alta. **LOCAL DO FATO:** Cruz Alta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Cível. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01690.000.558/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. **PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** João Pedro Togni. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. **OBJETO:** Irregularidades na construção do Edifício Central Park. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. **N. DO PROCEDIMENTO:** 00783.000.108/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. **PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Roberto José Tabora Masiero. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. **OBJETO:** Denúncia relativa as lixeiras dispostas nas ruas do Bairro Morada do Vale I, as quais não são limpas e ficam com resíduos de alimentos, os quais produzem mau cheiro, atraem moscas e mosquitos. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Bairro Morada do Vale I, Gravataí/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Cível. **N. DO**

PROCEDIMENTO: 00783.000.199/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. **PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Roberto José Tabora Masiero. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. **OBJETO:** Apurar ocupação de um acesso viário pertencente à Rua Fernando Cortez, bem como ao acúmulo de lixo na Área Verde 3, pertencente ao Loteamento Cohab B, em Gravataí/RS. **INVESTIGADO(S):** a apurar. **LOCAL DO FATO:** Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01518.000.424/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. **PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Sérgio da Fonseca Diefenbach. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. **OBJETO:** Calçada para a São João Bosco. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** São João Bosco.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Cível. **N. DO PROCEDIMENTO:** 00824.00019/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. **PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** José Olavo Bueno dos Passos. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. **Objeto:** a falta de espaço para circulação de pedestres em frente ao imóvel localizado na Rua General Neto esquina com Rua Padre Anchieta, pertencente à Secretaria Municipal de Educação e Desporto.

Local: Pelotas/RS.

Noticiante: Rogério Fernando Pires da Silva Filho

Investigado: Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito de Pelotas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Cível. **N. DO PROCEDIMENTO:** 00865.000.821/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. **PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Fernando Chequim Barros. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. **OBJETO:** Verificar a existência de acessibilidade nas calçadas e pavimentação nas ruas do Bairro Caturrita, em Santa Maria/RS. **INVESTIGADO(S):** Município de Santa Maria. **LOCAL DO FATO:** Santa Maria.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Cível. **N. DO PROCEDIMENTO:** 00878.00045/2014. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de São Borja. **PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Melissa Marchi Juchen. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja. **OBJETO:** Objeto: investigar quanto à existência de PPCI. **Investigado:** G.R.E.S. Porto do Sol (Rua Mons. Patricio Petit Jean, n. 2866, Passo, São Borja). **INVESTIGADO(S):** Grêmio Recreativo Escola de Samba Porto do Sol. **LOCAL DO FATO:** São Borja.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Cível. **N. DO PROCEDIMENTO:** 00890.00005/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo. **PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Caroline Spotorno da Silva. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo.

OBJETO: Investigar a invasão em área pública, referente à projeção da Avenida Dom João Becker ao lado da quadra 120, no Bairro São Miguel, São Leopoldo/RS.?

INVESTIGADOS: Paulo Ricardo e Natália.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2802

LOCAL: Projeção da Avenida Dom João Becker ao lado da quadra 120, no Bairro São Miguel, São Leopoldo/RS.?

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01593.001.954/2019. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tramandaí. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luziharin Carolina Tramontina. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. OBJETO: Falta de energia elétrica na Rua Sergipe, no Município de Tramandaí. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Tramandaí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00927.000.835/2019. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Venâncio Aires. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pedro Rui da Fontoura Porto. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Venâncio Aires. OBJETO: E-mail Tipuanas recebido de Alessandra Lehmen. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Venâncio Aires.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00927.000.835/2019. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Venâncio Aires. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pedro Rui da Fontoura Porto. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Venâncio Aires. OBJETO: Apurar eventual irregularidade na supressão de 21 árvores da espécie Tipuana, ocorrido na quadra central, em razão de projeto arquitetônico e paisagístico no Largo do Chimarrão, em Venâncio Aires.. INVESTIGADO(S): Município de Venâncio Aires. LOCAL DO FATO: Venâncio Aires.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01814.000.444/2019. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Planalto. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Michele Taís Dumke Kufner. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Planalto. OBJETO: Verificar a situação referente à existência de Esgoto Público a céu aberto no Bairro Líder, Rua Firdoldo Rower, Planalto/RS.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Bairro Líder - Planalto/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01413.001.383/2019. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Débora Regina Menegat. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística. OBJETO: investigar possível infração à ordem urbanística decorrente de buraco aberto pelo DMAE com risco de desabamento na Escola de Educação Infantil Universo Mágico. INVESTIGADO(S): Município de Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Rua Ney Messias, números 41/55, Jardim do Salso.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01629.001.260/2019. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Heriberto Roos Maciel. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Compartilhamento - 1º Pj da Promotoria de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística de Poa - Heriberto Roos Maciel. OBJETO: investigar potencial infração à ordem urbanística consistente na construção irregular de um muro junto ao Centro de Treinamento do Sport Clube Internacional,

localizado na Av. Edvaldo Pereira Paiva, nesta capital. INVESTIGADO(S): Sport Clube Internacional, Município de Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Centro de Treinamento do Sport Clube Internacional, localizado na Av. Edvaldo Pereira Paiva.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de Fevereiro de 2020.

MAURÍCIO TREVISAN,
Coordenador do CAO da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias De acordo,
MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 86/2020

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00725.000.050/2018. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Bom Jesus. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Raynner Sales de Meira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Bom Jesus. OBJETO: apurar possível irregularidade na atuação do médico Geraldo Spinelli Graziotin junto à Secretaria Municipal da Saúde Bom Jesus/RS, no período de 01º de abril de 2016 a 13/11/2017, interregno no qual estava com seus direitos políticos suspensos por força de decisão judicial proferida nos autos da ação judicial n. 08310700008020, cuja atuação se deu por intermédio da Cooperativa Proativa Saúde Cooperativa de Trabalho de Profissionais da Área da Saúde Ltda, pessoa jurídica contratada pelo Município para fornecimento de mão-de-obra terceirizada para a área da saúde. INVESTIGADO(S): Geraldo Spinelli Graziotin, PROATIVA Saúde Cooperativa de Trabalho de Profissionais da Área da Saúde LTDA. LOCAL DO FATO: Bom Jesus RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01732.000.326/2019. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Candelária. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniela Sudbrack Gaspar Raiser. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Candelária. OBJETO: Apurar a (ir)regularidade na aquisição, concessão e relatório orçamentário onde foram empenhados os valores das cestas básicas distribuídas pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Candelária e Gabinete da Primeira Dama. INVESTIGADO(S): Gabinete da Primeira Dama de Candelária, Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação de Candelária. LOCAL DO FATO: Candelária.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01764.000.047/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Catuípe. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Nilton Kasctin dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Catuípe. OBJETO: Regulamentação via decreto da Lei Anticorrupção. INVESTIGADO(S): Município de Catuípe. LOCAL DO FATO: Catuípe - RS.



TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01758.000.060/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Espumoso. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Suzane Hellfeldt. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Espumoso. OBJETO: Orientação do Centro de Apoio Operacional Cível e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa do MPRS, através do Ofício Circular n. 03/2020, para que os municípios do Estado do RS providenciem a regulamentação da Lei Federal n. 12.846/2013 - Lei Anticorrupção - que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. INVESTIGADO(S): Município de Espumoso/RS. LOCAL DO FATO: Espumoso.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01758.000.062/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Espumoso. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Suzane Hellfeldt. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Espumoso. OBJETO: Orientação do Centro de Apoio Operacional Cível e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa do MPRS, através do Ofício Circular n. 03/2020, para que os municípios do Estado do RS providenciem a regulamentação da Lei Federal n. 12.846/2013 - Lei Anticorrupção - que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. INVESTIGADO(S): Município de Campos Borges/RS. LOCAL DO FATO: Espumoso.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01758.000.061/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Espumoso. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Suzane Hellfeldt. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Espumoso. OBJETO: Orientação do Centro de Apoio Operacional Cível e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa do MPRS, através do Ofício Circular n. 03/2020, para que os municípios do Estado do RS providenciem a regulamentação da Lei Federal n. 12.846/2013 - Lei Anticorrupção - que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. INVESTIGADO(S): Município de Alto Alegre/RS. LOCAL DO FATO: Espumoso.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00766.000.092/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Estância Velha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Amorim Carpes. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Estância Velha. OBJETO: Apurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Estância Velha, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal. INVESTIGADO(S): Poder Executivo de Estância Velha. LOCAL DO FATO: Estância Velha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00766.000.095/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Estância Velha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Amorim Carpes. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Estância Velha. OBJETO: Apurar ato de improbidade administrativa por permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos de propriedade ou à disposição do Município de Estância

Velha (art. 10, inciso XIII, da LIA). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Estância Velha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00771.000.722/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Farroupilha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ronaldo Lara Resende. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha. OBJETO: Apurar possível ato de improbidade administrativa decorrente da inconstitucionalidade de Lei Municipal 4.482/2018. INVESTIGADO(S): MUNICÍPIO DE FARROUPILHA, Claiton Gonçalves. LOCAL DO FATO: Farroupilha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01690.000.828/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 13. OBJETO: Aferir eventual falsidade da Ordem de Serviço n. 02/2016. INVESTIGADO(S): MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN. LOCAL DO FATO: Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01690.002.002/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 13. OBJETO: Denúncia sobre o ponto dos servidores da Prefeitura de FW. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Vicente Dutra.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01690.001.934/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 13. OBJETO: Apurar eventual perseguição em Sindicância instaurada em face de Gabriela Gonçalves. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Caiçara.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01690.000.825/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 13. OBJETO: aferir a regularidade do Convênio de Cooperação n. 003/2014 (UPA). INVESTIGADO(S): MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN. LOCAL DO FATO: Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01690.000.195/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 13. OBJETO: apurar eventual favorecimento de particular pela Administração Pública Municipal. INVESTIGADO(S): Município de Vista Alegre. LOCAL DO FATO: Vista Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01690.002.055/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 13. OBJETO: aferir eventual utilização de máquina do Município para fins particulares.



INVESTIGADO(S): Município de Taquaruçu do Sul. LOCAL DO FATO: Taquaruçu do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01690.002.219/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: Irregularidades na Secretaria Municipal de Saúde de Vicente Dutra/RS. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Vicente Dutra.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01772.000.106/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Giruá. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ecléia Silvani Deuschle. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Giruá. OBJETO: Apurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Giruá, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal. INVESTIGADO(S): MUNICÍPIO DE GIRUÁ. LOCAL DO FATO: Giruá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01772.000.107/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Giruá. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ecléia Silvani Deuschle. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Giruá. OBJETO: Apurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Senador Salgado Filho, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal. INVESTIGADO(S): Município de Senador Salgado Filho. LOCAL DO FATO: Giruá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01597.000.082/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 131/2019. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00797.000.143/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Itaqui. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vitor Hugo Chiuizuli. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Itaqui. OBJETO: Fiscalizar a devida regulamentação da Lei Anticorrupção no âmbito do Município de Itaqui a partir de decreto ou lei municipal. INVESTIGADO(S): Município de Itaqui. LOCAL DO FATO: Itaqui.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00797.000.144/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Itaqui. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vitor Hugo Chiuizuli. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Itaqui. OBJETO: Fiscalizar a devida regulamentação da Lei Anticorrupção no âmbito do Município de Maçambará a partir de decreto ou lei municipal. INVESTIGADO(S): Executivo Municipal de Maçambará. LOCAL DO FATO: Maçambará.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.

DO PROCEDIMENTO: 00797.000.631/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Itaqui. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vitor Hugo Chiuizuli. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Itaqui. OBJETO: Apurar a devida execução de contrato administrativo de avaliação, manutenção, correção preventiva e troca de materiais de postes de Iluminação Pública por parte de empresa contratada pelo Poder Público municipal de Itaqui. INVESTIGADO(S): Executivo Municipal de Itaqui. LOCAL DO FATO: Itaqui.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01694.000.688/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Itaqui. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vitor Hugo Chiuizuli. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Itaqui. OBJETO: Possíveis irregularidades na contratação do IGAM pelo Município de Itaqui no período de 2017 a 2018. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Itaqui.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01700.000.690/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Theodoro Alexandre da Silva Silveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. OBJETO: investigar suposto desvio de função na Prefeitura de Pinhal Grande envolvendo os seguintes servidores: 1 - BERENICE BRECHER PEREIRA; 2 - CLEITE DENISE HORBACH; 3 - DARCI FERREIRA DOS SANTOS; 4 - EDEMAR APPEL NETO; 5 - ELIANE BARBIERI; 6 - GABRIELA FACCO DE SOUZA; 7 - GENAINA DE MELLO FRAGA; 8 - IDAIELI FORGIRINI; 9 - JOSÉ LOURENÇO B. PINTO; 10 - KELLI FRANCECHI COCCO; 11 - LEILA MEDIANEIRA MOREIRA; 12 - MATHEUS RODRIGUES; 13 - MARIA EDUARDA MORAES DE SALLES; 14 - MARIA RUBIA COCCO; 15 - SIDINEI MATEUS RODRIGUES; 16 - TASSIANA DOS SANTOS HORBACH. INVESTIGADO(S): Luiz Antônio Burin. LOCAL DO FATO: Pinhal Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00813.000.075/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nova Prata. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo dos Santos Rossi. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata. OBJETO: ACOMPANHAR A REGULAMENTAÇÃO DA LEI ANTICORRUPÇÃO NO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA. INVESTIGADO(S): MUNICÍPIO DE NOVA PRATA. LOCAL DO FATO: Nova Prata.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00813.000.080/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nova Prata. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo dos Santos Rossi. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata. OBJETO: ACOMPANHAR REGULAMENTAÇÃO LEI ANTICORRUPÇÃO - PROTÁSIO ALVES. INVESTIGADO(S): Município de Protásio Alves. LOCAL DO FATO: PROTÁSIO ALVES.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00813.000.079/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nova Prata. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo dos Santos Rossi. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata. OBJETO:



ACOMPANHAR REGULAMENTAÇÃO LEI
ANTICORRUPÇÃO - SÃO JORGE. INVESTIGADO(S):
Município de São Jorge. LOCAL DO FATO: SÃO JORGE.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO
PROCEDIMENTO: 00813.000.077/2020. PROMOTORIA DE
JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nova Prata.
PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo dos
Santos Rossi. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da
Promotoria de Justiça de Nova Prata. OBJETO:
ACOMPANHAR REGULAMENTAÇÃO LEI
ANTICORRUPÇÃO - GUABIJU. INVESTIGADO(S): Município
de Guabiju. LOCAL DO FATO: GUABIJU.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO
PROCEDIMENTO: 00813.000.078/2020. PROMOTORIA DE
JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nova Prata.
PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo dos
Santos Rossi. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da
Promotoria de Justiça de Nova Prata. OBJETO:
ACOMPANHAR REGULAMENTAÇÃO LEI
ANTICORRUPÇÃO - NOVA BASSANO. INVESTIGADO(S):
Município de Nova Bassano. LOCAL DO FATO: NOVA
BASSANO.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO
PROCEDIMENTO: 00813.000.081/2020. PROMOTORIA DE
JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nova Prata.
PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo dos
Santos Rossi. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da
Promotoria de Justiça de Nova Prata. OBJETO:
ACOMPANHAR REGULAMENTAÇÃO LEI
ANTICORRUPÇÃO - VISTA ALEGRE DO PRATA.
INVESTIGADO(S): Município de Vista Alegre do Prata.
LOCAL DO FATO: VISTA ALEGRE.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO
PROCEDIMENTO: 01812.000.074/2020. PROMOTORIA DE
JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Piratini. PROMOTOR(A)
DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Olavo Bueno dos
Passos. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da
Promotoria de Justiça de Piratini. OBJETO: SGP:
PA00828.00011/2014 - IC com objetivo de investigar eventual
irregularidade do Município de Piratini na dispensa de registro
de ponto pelo Servidor Arilson da Silva Cardoso, em
desacordo com a legislação. INVESTIGADO(S): Município de
Piratini. LOCAL DO FATO: Piratini.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO
PROCEDIMENTO: 00865.000.877/2020. PROMOTORIA DE
JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria.
PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Giani
Pohlmann Saad. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça
da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO:
apurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n.
12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Itaara,
sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e
sua aplicação concreta no âmbito municipal. INVESTIGADO(S):
Município de Itaara. LOCAL DO FATO: Santa Maria.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO
PROCEDIMENTO: 00865.000.878/2020. PROMOTORIA DE
JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria.
PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Giani
Pohlmann Saad. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça
da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO:
Orientação institucional para acompanhamento da
regulamentação da Lei Anticorrupção pelos municípios
gaúchos, sendo constatado que o Município de Silveira

Martins ainda não detém regulamentação à Lei 12.846/2013.
INVESTIGADO(S): Município de Silveira Martins. LOCAL DO
FATO: SILVEIRA MARTINS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.
DO PROCEDIMENTO: 00865.000.824/2020. PROMOTORIA
DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria.
PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Giani
Pohlmann Saad. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça
da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO:
Fiscalização ordinária e preventiva aos processos licitatórios
de Silveira Martins entre o período de 01 de julho de 2019 e
ao longo do ano de 2020, em cumprimento aos arts. 127 e
129 da Constituição Federal art. 4º da Lei 8.666/93.
INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO:
SILVEIRA MARTINS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO
PROCEDIMENTO: 01886.000.055/2020. PROMOTORIA DE
JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim.
PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís
de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da
Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: Apurar o
modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem
sido implementada pelo Município, sobretudo no tocante à
regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta
no âmbito municipal. INVESTIGADO(S): Município de São
Valentim. LOCAL DO FATO: São Valentim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO
PROCEDIMENTO: 01886.000.056/2020. PROMOTORIA DE
JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim.
PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís
de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da
Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: Apurar o
modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem
sido implementada pelo Município, sobretudo no tocante à
regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta
no âmbito municipal. INVESTIGADO(S): Município de Entre
Rios do Sul. LOCAL DO FATO: Entre Rios do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO
PROCEDIMENTO: 01886.000.057/2020. PROMOTORIA DE
JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim.
PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís
de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da
Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: Apurar o
modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem
sido implementada pelo Município, sobretudo no tocante à
regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta
no âmbito municipal. INVESTIGADO(S): Município de
Benjamin Constant do Sul. LOCAL DO FATO: Benjamin
Constant do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO
PROCEDIMENTO: 01886.000.058/2020. PROMOTORIA DE
JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim.
PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís
de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da
Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: Apurar o
modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem
sido implementada pelo Município, sobretudo no tocante à
regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta
no âmbito municipal. INVESTIGADO(S): Município de
Faxinalzinho. LOCAL DO FATO: Faxinalzinho.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO
PROCEDIMENTO: 01886.000.059/2020. PROMOTORIA DE
JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim.



PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: Apurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal. INVESTIGADO(S): Município de Erval Grande. LOCAL DO FATO: Erval Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01902.000.081/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Taquari. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lucas Oliveira Machado. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquari. OBJETO: Apurar supostas irregularidades na nomeação de professores contratados em caráter emergencial no Município de Tabai, bem como desvio de função de professores, em detrimento de aprovados em concurso público. INVESTIGADO(S): Município de Tabai. LOCAL DO FATO: Taquari.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01902.000.012/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Taquari. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lucas Oliveira Machado. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquari. OBJETO: Apurar supostas irregularidades no calçamento da Rua Vereador Edu Renner após o recebimento de verbas federais para realização da obra. INVESTIGADO(S): Município de Taquari. LOCAL DO FATO: Taquari.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01593.000.950/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tramandaí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Susana Cordero Spode. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 19. OBJETO: Apurar possível irregularidade na falta de publicação da jornada de médicos e profissionais da saúde credenciados ao SUS no Município de Cidreira/RS. INVESTIGADO(S): Município de Cidreira. LOCAL DO FATO: Cidreira.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01914.000.084/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tucunduva. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ronaldo Adriano de Almeida Arbo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tucunduva. OBJETO: regulamentação da Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) no Município de Tucunduva, RS. INVESTIGADO: Poder Executivo do Município de Tucunduva. LOCAL DO FATO: Município de Tucunduva.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01914.000.085/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tucunduva. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ronaldo Adriano de Almeida Arbo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tucunduva. OBJETO: regulamentação da Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) no Município de Novo Machado, RS. INVESTIGADO: Poder Executivo do Município de Novo Machado. LOCAL DO FATO: Município de Novo Machado, RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01916.000.046/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tupanciretã. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Theodoro

Alexandre da Silva Silveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tupanciretã. OBJETO: Trata-se de ofício do Ministério Público Federal (MPF) que encaminha a Notícia de Fato 1.29.016.000221/2019-53, sobre as condições de segurança e trafegabilidade da BR 377, nas proximidades de Tupanciretã/RS. INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Tupanciretã/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01726.000.016/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Butiá. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Diogo Hendges. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Butiá. OBJETO: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa contra a Fundação Municipal de Saúde - FUMSA, durante a administração de Maria Dolores da Silva Gomes Leão (exercício de 2014). INVESTIGADO(S): Maria Dolores da Silva Gomes Leão, Anderson da Silva, Marinho Orlando Bratkowski Junior. LOCAL DO FATO: Butiá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01744.000.101/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernanda Ramires. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. OBJETO: apurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Coronel Bicaco, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal. INVESTIGADO: Poder Executivo do Município de Coronel Bicaco. LOCAL DO FATO: Coronel Bicaco.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01744.000.102/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernanda Ramires. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. OBJETO: Apurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Redentora, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal. INVESTIGADO(S): Poder Executivo de Redentora. LOCAL DO FATO: Município de Redentora.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01744.000.501/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernanda Ramires. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. OBJETO: Eventual prática de ato de improbidade administrativa (artigo 10, inciso II, da Lei n. 8.429/1992) pelo Prefeito Municipal de Redentora, Nilson Paulo Costa, consistente em deixar de tomar providências para impedir que Lenir Terezinha Della Flora realize construção privada sobre imóvel público municipal. INVESTIGADO(S): Lenir Terezinha Della Flora, Nilson Paulo Costa. LOCAL DO FATO: Redentora.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 02378.001.204/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luziárin Carolina Tramontina. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. OBJETO: Denúncia enviada pela internet acerca do Processo Seletivo realizado pelo Município de Capão da Canoa, no ano de 2018. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2802

FATO: Capão da Canoa.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2020.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR,
Coordenador do CAO Cível e de Proteção do Patrimônio
Público e da Moralidade Administrativa.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.